UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA
(UNILA)

JULIO CESAR PEREIRA

Barreiras de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PCDs) nos espaços da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA): Um Estudo sobre Desafios e Possibilidades de Inclusão

FOZ DO IGUAÇU
2025

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

BARREIRAS DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCDS) NOS ESPAÇOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA):

UM ESTUDO SOBRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO

JÚLIO CESAR PEREIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof. Dra. Nayara Fátima Macedo de Medeiros Albrecht

Foz do Iguaçu
2025

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

JULIO CESAR PEREIRA

BARREIRAS DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCDS) NOS ESPAÇOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA):

UM ESTUDO SOBRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública e Políticas Públicas.

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientadora: Prof. Drª Nayara Fátima Macedo de Medeiros Albrecht
UNILA

_____
Prof. Drª Luiza Araujo Damboriarena
UNILA

_____
Prof. Drª Ana Paula Araújo Fonseca
UNILA

Foz do Iguaçu, 18 de dezembro de 2025.

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho de conclusão de curso: À **Professora Solange Bravo**, porque ela foi uma excelente professora e amiga e uma pessoa muito humana, e também ela tinha muito cuidado comigo, e, além disso, teve um dia que ela pagou a inscrição para que eu fizesse o vestibular.

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela oportunidade de estudar em uma universidade.

Agradeço a Nayara Albrecht, que foi uma excelente orientadora, dedicou-se muito para poder me ajudar, e mais, ela é uma pessoa muito humana. Sou muito grato pela oportunidade de conhecê-la e também fico muito grato por toda ajuda que recebi por parte dela.

Agradeço às Professoras Maria Alejandra e Maria Lucia, por elas ter me chamado para uma reunião, com a finalidade de saber se estava ocorrendo tudo certo devido à minha deficiência, pois elas tinham um cuidado comigo. Digo mais: as duas foram excelentes professoras.

Agradeço ao Professor Amilton Moretto por ele ter defendido a minha causa em uma reunião entre o núcleo de acessibilidade e alguns dos PCDs e também outras professoras. O Amilton foi um excelente Professor.

Agradeço ao Professor Carlos Henrique Santana; ele foi excelente Professor, e, quando tinha oportunidade, recomendava que eu fizesse leituras. Também foi um grande amigo, e sou muito grato por ter lhe conhecido.

Agradeço à Professora Luiza Damboriarena, por ela ser uma professora dedicada e também uma excelente professora e muito humana; sou muito grato por eu ter sido seu aluno, e mais, ela, quando podia, me dava carona em seu carro até o terminal de ônibus, principalmente nos dias de chuva.

Agradeço ao Professor Eduardo Rubio, por ele ter sido um excelente professor. Ele adequava os materiais para o meu estudo da sua disciplina. Foi também um grande amigo.

Também agradeço à minha colega de aula Linda doceliria, por toda ajuda que ela ofereceu a mim, e ao meu colega de aula Mateus Branco porque ele sempre me ajudou nos momentos que precisei.

Agradeço a Joana Marlei, colega de aula. Nas disciplinas que estudamos juntos, ela sempre me dava carona em seu carro até a minha casa; isso que ela morava em Puerto Iguaçu na Argentina. Sou muito grato por lhe conhecido e nunca vou esquecer dessa grande amiga.

Agradeço às estudantes Elaine Silva Rodrigues e sua irmã Elidiane Silva Rodrigues por ter me ajudado na inscrição para eu pode ingressar na universidade.

Também quero agradecer aos monitores tanto na adequação quanto na mobilidade, monitores esses como Victor Canejo que foi um excelente monitor ele sempre cumpriu com seu com sua atribuição e ao monitor Julian Federico Buitrago por ele ter sido um excelente monitor sempre estava pronto ao me ajudar. Além disso, ele é uma pessoa muito humana,

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

sou muito grato a ele por ter lhe conhecido, jamais vou esquecer o grande amigo. À monitora Leticia Diana Molinas, ela foi uma excelente monitora me ajudou muito tanto com a mobilidade quanto com adequação de materiais e mais foi una grande amiga. Sou grato ao monitor Arnulfo Medina que fez a minha mobilidade pelos espaços acadêmicos, sempre chegava no horário certo e também sempre atento no caso eu precisasse. Agradeço ao grupo de Ateliê - Lurdilene Lima, Andrea Barbosa Lange, Janet Rocio Apaza Vilca e Cristia Andreia Castro Duarte – por disponibilizar o relatório e ajudar com os dados. Eu também quero deixar os meus agradecimentos ao núcleo de acessibilidade por toda ajuda que recebi.

Agradeço à banca examinadora por ter aceitado fazer a análise do meu trabalho de conclusão de curso, sou muito grato, porque esse momento é muito importante para mim. Agradeço a Wladianne Ferreira, por ela ser uma pessoa prestativa e muito humana, sempre que eu precisei dela estava pronta para me ajudar, inclusive contribuiu com algumas informações para o desenvolvimento do meu TCC, sou muito grato, jamais vou esquecer dessa grande amiga. Agradeço à professora Ana Paula Araujo Fonseca, pela oportunidade de ter conhecida e ser seu aluno. Além dela ser uma excelente professora, também é uma pessoa muito humana e dedicada com seus alunos, com ela aprendi vários temas a respeito da acessibilidade, temas esses que eu não tinha conhecimento. Ela me ajudou muito jamais vou esquecer essa professora amiga. Agradeço o professor Paulo Renato silva, por ele ser uma pessoa muito humana e prestativa. Ele é um excelente professor, muito dedicado com seus alunos, me ajudou muito, sempre descrevia as imagens, teve um dia que fomos fazer um trabalho de campo ele detalhou todas as imagens pra mim, sou muito grato por eu ter sido seu aluno. ajudou muito.

Agradeço ao Roberto Bernal por ele ter me ajudado muito, sempre que precisei ele estava pronto a me ajudar, algumas vezes ele me acompanhou em sala de aula e ficou até o fim da aula, ele é uma pessoa muito humana e prestativo, jamais vou esquecer esse grande amigo. Agradeço a Patricia Regina Censi Queiroz, por ela ser uma pessoa muito humana e prestativa, sempre que precisei de sua ajuda ela estava pronta a me ajudar, inclusive me ajudou muito com o TCC, até encontrou a orientadora para o meu trabalho de conclusão de curso, vou guardar em meu coração toda ajuda que recebi dela. Agradeço a Wendy D. Aguilera, que foi uma excelente monitora ela sempre foi pontual, tanto na mobilidade quanto na adequação de materiais, É uma pessoa muito humana e prestativa, ela fez além daquilo que tinha que fazer, exemplo, me acompanhou algumas vezes até a lanchonete do posto de gasolina, me esperava comer o lanche, além disso ela tinha uma preocupação comigo,

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

me pedia que ao chegar na minha casa, que eu enviasse uma mensagem dizendo que estava bem, sou muito grato jamais vou esquecer essa grande amiga.

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

RESUMO

A acessibilidade é um elemento fundamental das políticas públicas de educação. Este trabalho investiga a política de acessibilidade na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Mediante entrevistas semiestruturadas, observação dos espaços e pesquisa bibliográfica e documental, buscou-se investigar os obstáculos enfrentados por discentes com deficiência. Os dados revelaram que, apesar do fortalecimento institucional da política, discentes ainda enfrentam barreiras práticas, tais como espaços inadequados e descontinuidade nas políticas. Além disso, há um problema de comunicação entre docentes, discentes e o núcleo responsável por gerir a política de acessibilidade da universidade.

Palavras-chave: acessibilidade, universidade, UNILA, barreiras, políticas públicas.

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

RESUMEN

La accesibilidad es un elemento fundamental de las políticas públicas de educación. Este trabajo investiga la política de accesibilidad en la Universidad Federal de Integración Latinoamericana (UNILA). A través de entrevistas semiestructuradas, observación de los espacios y revisión bibliográfica y documental, se buscó analizar los obstáculos enfrentados por estudiantes con discapacidad. Los datos revelaron que, a pesar del fortalecimiento institucional de la política, los estudiantes aún enfrentan barreras prácticas, tales como espacios inadecuados y discontinuidad en las acciones implementadas. Además, se identificó un problema de comunicación entre docentes, estudiantes y el núcleo responsable de gestionar la política de accesibilidad de la universidad.

Palabras clave: accesibilidad; universidad; UNILA; barreras; políticas públicas

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

ABSTRACT

Accessibility is a fundamental element of public education policies. This study examines the accessibility policy at the Federal University for Latin American Integration (UNILA). Through semi-structured interviews, observation of campus spaces, and bibliographic and documentary research, the study sought to investigate the obstacles faced by students with disabilities. The findings reveal that, despite the institutional strengthening of the policy, students continue to encounter practical barriers, such as inadequate facilities and discontinuity in policy implementation. In addition, there is a communication gap between faculty, students, and the university unit responsible for managing the accessibility policy.

Key words: accessibility; university; UNILA; barriers; public policies

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO *4*
1.1 Contextualização **4**
1.2 Objeto de pesquisa **5**
1.3 Justificativa **6**
1.4 Pergunta de Pesquisa **6**
1.5 Objetivos **7**
2. REFERENCIAL TEÓRICO *8*
2.1 Marcos Legais da Acessibilidade **8**
2.2 Tipos de Barreiras e Recursos de Acessibilidade **10**
2.3 Administração Pública e Gestão Universitária **11**
2.4 Análise de Políticas Públicas **16**
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS *19*
3.1 Tipo de Pesquisa **19**
3.2 Coleta de dados **19**
3.3 Universo e Amostra **20**
3.4 Técnicas de Análise **24**
3.5 Desafios **25**
3.6 Limitações **26**
4. ESTUDO DE CASO: ACESSIBILIDADE NA UNILA *27*
4.1 Infraestrutura física **27**
4.2 Recursos oferecidos pela universidade **31**
4.3 O que dizem os discentes PCDs sobre a UNILA **33**
4.4 A perspectiva dos docentes e da gestão **35**
5. CONCLUSÃO *39*
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS *42*

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Como estudante com deficiência visual (com cegueira) na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), enfrento diariamente desafios que vão além do conteúdo acadêmico. Desde o acesso aos espaços físicos até a utilização de plataformas digitais e materiais didáticos, percebendo que a universidade, mesmo sendo comprometida com a inclusão, ainda apresenta diversas barreiras que dificultam a plena participação de estudantes como eu.

A falta de sinalização tátil, a inadequação dos textos digitais encaminhados pelo professor para leitura e compreensão, a escassez de recursos acessíveis em sala de aula e a limitação de apoio especializado são apenas alguns dos obstáculos que tornam o processo de aprendizagem mais complexo.

Essa experiência vivida me motivou a investigar mais profundamente as barreiras de acessibilidade enfrentadas por pessoas com deficiência na UNILA, buscando compreender como a gestão universitária e a legislação brasileira podem atuar de forma mais efetiva na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva. Assim, este trabalho buscou aprofundar os desafios enfrentados por PCDs na UNILA por meio de um estudo de caso que utilizou pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas e observação participante para reunir evidências sobre a política de acessibilidade da universidade na prática.

Os dados confirmaram que a política enfrenta desafios na execução, principalmente no que tange à adequação dos espaços e à falta de comunicação entre os atores afetados pela política, i.e. discentes, docentes e gestores públicos. Melhorar a comunicação é fundamental para que a política de acessibilidade na UNILA seja efetiva.

Este trabalho está dividido nas seguintes seções, além desta introdução e da conclusão:

i. O capítulo 2 apresenta o referencial teórico da pesquisa, que inclui os marcos legais locais, nacionais e internacionais relacionados a políticas

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

de acessibilidade, assim como reflexões sobre o conceito de acessibilidade e as políticas públicas.

ii. O capítulo 3 descreve os procedimentos metodológicos, incluindo as técnicas de coleta e análise de dados.

iii. O capítulo 4 apresenta a análise, isto é, o estudo de caso sobre a UNILA, com base nas entrevistas semiestruturadas, observação de espaços e pesquisa documental.

1.2 Objeto de pesquisa

Se for analisar corretamente os obstáculos que os estudantes Pessoas Com Deficiência (PCDs) enfrentam para a conclusão do curso, percebemos que esses obstáculos são elementos para uma possível exclusão. Diante desse cenário acadêmico cheio de obstáculos, nota-se que existe uma carência de acessibilidade, a qual é de suma importância para o acesso nos espaços acadêmico para os estudantes PCDs. E essa carência resulta em diferentes tipos de exclusão.

Percebe que viver na sociedade não é fácil para maioria das pessoas, pois requer muito esforço. Essas dificuldades são ainda maiores para as pessoas com deficiência, que, em sua maioria, encontram-se excluídas. De acordo com Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior (2017, p. 30), “a presença de diferenças entre os seres humanos tem sido, por séculos, motivo de eliminação, exclusão e formas diversas de segregação das pessoas com deficiência, tomadas como risco na sociedade, como doentes e incapazes”.

Diante desse cenário de carência de acessibilidade, é necessário que a universidade verifique a adequabilidades os espaços e serviços ofertados para os estudantes com deficiência, como vista a assegurar a permanência deles até a conclusão do curso. Este trabalho visa investigar as condições de acessibilidade na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Para tal propósito, foram realizadas entrevistas com estudantes PCDs e servidores responsáveis pela aplicação da política na universidade. Ademais, foram analisados os documentos relativos à gestão dessas políticas na universidade e das políticas nacionais e internacionais referentes à inclusão e aos direitos das pessoas com deficiência.

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em 30 de março de 2007, foi promulgada no Brasil em 2009. O processo legislativo seguiu o rito de tratado de direitos humanos e o documento tem, portanto, força de Emenda Constitucional. Na UNILA, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é a principal ferramenta para assegurar a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O PNAES na UNILA busca atender não apenas às demandas materiais dos estudantes, mas também às necessidades específicas da população discente com deficiência ou com dificuldades de aprendizagem, promovendo um ambiente mais acessível e inclusivo. As ações de acessibilidade da universidade são desenvolvidas por meio do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI).

Sem embargo, a acessibilidade e a inclusão de discentes com deficiência ainda encontram obstáculos a ser superados, principalmente relacionados à aplicação prática dessas políticas. Por exemplo, mesmo os espaços universitários básicos ainda não são totalmente acessíveis, pois carecem dos requisitos fundamentais para a acessibilidade de pessoas com diferentes tipos de deficiência. Disso decorre a necessidade de entrevistar estudantes PCDs e servidores para entender suas perspectivas e desafios, promovendo, assim, melhorias na política da universidade.

1.3 Justificativa

Este trabalho justifica-se pela necessidade de explicar a relevância do tema no campo das Políticas Públicas, considerando o papel da UNILA no cumprimento da legislação e promoção da equidade. Embora existam diversos trabalhos que tratem da acessibilidade em instituições de nível superior brasileiras, faltam estudos mais aprofundados sobre a situação da UNILA. A UNILA é um caso especial, pois possui uma proposta diretamente relacionada à inclusão e à integração social e econômica, além de ser um ambiente multicultural por ser uma instituição bilingue que oferece vagas para estudantes de diferentes nacionalidades.

1.4 Pergunta de Pesquisa

Este trabalho visou responder à seguinte questão: “Quais são as principais barreiras de acessibilidade enfrentadas por pessoas com deficiência na UNILA e

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

como a gestão pública universitária tem atuado para enfrentá-las?”

1.5 Objetivos

O objetivo mais geral deste trabalho foi o de analisar as barreiras de acessibilidade que afetam PCDs na UNILA sob a ótica da administração pública e da gestão universitária inclusiva.

Os objetivos específicos deste estudo foram:

- Mapear estudos que versem sobre acessibilidade no ensino superior.
- Verificar se há políticas e práticas institucionais voltadas à acessibilidade e à inclusão na UNILA.
- Identificar as principais barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais na UNILA.
- Propor melhorias na gestão de acessibilidade da UNILA.

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Marcos Legais da Acessibilidade

A acessibilidade é um recurso relevante na vida das pessoas com deficiência, a qual, por sua vez, promove o acesso livre, desde que ela esteja bem ajustada. É por meio desse recurso que elas se sentem mais seguras e incluídas na sociedade para realizar suas atividades, seja no trabalho, em seus estudos ou nos momentos de lazer, etc. Mas, para que as pessoas com deficiência possam usufruir desse recurso, a acessibilidade tem que estar funcionando corretamente.

As pessoas dependem muito da acessibilidade, mas percebe-se que esse recurso não está funcionando corretamente, provavelmente por falta de recursos financeiros ou planejamento, visto que essa política não foi bem implementada. Entretanto, espera-se que essa política de acessibilidade atue com mais vigor, eliminando as barreiras que impedem a autonomia dessas pessoas e garanta o direito das mesmas. Nesse sentido, a instituição, sendo pública ou privada, precisa desenvolver livre acesso para que pessoas com deficiência possam exercer os seus direitos e para que a acessibilidade funcione corretamente, proporcionando segurança, autonomia e o bem estar na vida das pessoas.

Para acompanhar as mudanças e exigências da sociedade atual, a instituição de ensino superior não pode parar no tempo prejudicando o desenvolvimento acadêmico dos discentes (PCDS) sem tomar uma atitude inclusiva, que perceba a diversidade de seus discentes. De acordo com Elaine Gomes de Oliveira (2003, p.1):

> Esse tema começou a ser enfatizado nacionalmente, desde 1999, quando entrou em vigor a portaria n.º 1.679, de 2 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999a), que dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização, reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. Essa portaria preconiza que as instituições de ensino superior, ao inserir em seu contexto o estudante com deficiência física, auditiva e visual, têm a responsabilidade de atender às determinações legais e sociais desse segmento, procurando criar serviços que garantam o acesso, ingresso e a permanência dos mesmos.

A acessibilidade é regida, no Brasil, pela Lei nº 13.146, de 2015, chamada de Lei Brasileira de Inclusão (LBI). A LBI define acessibilidade como:

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

> possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A LBI também estabelece que o direito à educação para pessoas com deficiência deve ser garantido pelo Estado. A Lei prevê a oferta do ensino em Libras e Sistema Braille, além de formação de professores para o atendimento educacional especializado (LBI, art. 28). Em complementação, o Decreto 7.234, de 2010, cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), uma política nacional que visa garantir a permanência estudantil. A LBI determina que as universidades devem fornecer as condições para que pessoas com deficiência tenham acesso à educação. Determina ainda a oferta de profissionais, ensino em Libras e em Braille e uso de recursos de tecnologia assistiva.

Em 2016, foi aprovada a Lei nº 13.409, que reserva vagas para PCDs em instituições de ensino. No entanto, reservar as vagas não é suficiente para garantir a permanência. Conforme determinado na LBI, existem diversas condições que precisam ser atendidas para que a acessibilidade seja uma realidade, incluindo a capacitação de profissionais.

A **tabela 1** resume a legislação federal pertinente.

Tabela 1 – Legislação federal pertinente

Normativo	Resumo
Lei no. 10.048 de 8 de novembro de 2000	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.
Lei no. 10.098 de 19 de dezembro de 2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004	Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências
Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015	Lei Brasileira de Inclusão. Estabelece a definição de acessibilidade, condições para que ela ocorra e direitos.
Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016	Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

	técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.
Decreto nº 9.522 de 8 de outubro de 2018	Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013.
Decreto nº 10.882, de 3 de dezembro de 2021	Regulamenta o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso.

Fonte: elaboração do autor.

No Paraná, a Lei Estadual nº 18.419, de 2015, estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência. A lei também trata do direito à educação. Sobre o ensino superior, a lei estabelece:

> Art. 44. As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptação das provas e o apoio necessário ao aluno com deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas e critérios diferenciados de avaliação, conforme as características da deficiência.

No âmbito internacional, destaca-se a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Também o Tratado de Marraqueche, que estabelece limitações ou exceções para facilitar a produção de materiais acessíveis, foi ratificado no Brasil como acordo de direitos humanos.

2.2 Tipos de Barreiras e Recursos de Acessibilidade

Ainda que haja muitos marcos legais garantindo a inclusão, ainda existem barreiras tais como, atitudinal, comunicação, informação, tecnológica, pedagógica e arquitetônica ou urbanística. Essas barreiras não só prejudicam os discentes, mas também a sociedade porque a sociedade precisa de pessoas qualificadas para as transformações necessárias para o bem de todos. Entre as barreiras que de um certo modo prejudica os estudos, a que mais é prejudicial é a barreira atitudinal porque a maneira que o discente é tratado pode colocar em risco a sua saúde mental. Isso é indemissível, pois pode acarretar vários danos tais como: o afastamento do discente o desenvolvimento acadêmico torna-se tardio etc. (GONÇALVES ET AL, 2024).

Tendo em visto um rol de leis e decretos que por sua vez protege os direitos das pessoas com deficiência, elas continuam convivendo com essas barreiras; o correto seria que essas leis e decretos fossem mais aplicáveis na prática das universidades, tendo em vista os agravantes que essas barreiras trazem. Uma

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

alternativa seria se as universidades pudessem ofertar curso de treinamento aos seus servidores com a finalidade de melhorar os atendimentos para assegurar a plena participação desse público.

De acordo com Gonçalves et al. (2024), as barreiras mais encontradas em publicações acadêmicas são as arquitetônicas, definidas como obstáculos encontrados no meio urbano e também nos edifícios públicos e privados que limitam a livre circulação. Quanto às barreiras comunicacionais, elas podem ser definidas como entraves ou obstáculos que, de certo, modo, dificultam ou impedem a liberdade de expressão nos meios de comunicação.

Referente aos recursos de acessibilidade, a presença de profissionais em tradução em libras em salas de aulas nas universidades oferece condições aos estudantes que não conseguem ouvir e nem se comunicar oralmente. Outro recurso mencionado nas publicações é o apoio psicopedagógico, que contribui à adaptação das atividades de acordo com as necessidades dos discentes (GONÇALVES ET AL, 2025). A **tabela 2** resume as barreiras e os recursos encontrados por Gonçalves et al. (2025) na revisão sistemática que os autores conduzem.

Tabela 2 – Barreiras e recursos

Barreiras	Recursos
Arquitetônicas	Orientação e mobilidade, transporte acessível
Comunicacionais	Presença de profissionais em tradução em libras, transcrição em Braille, material adaptado para audiodescrição
Outras ou múltiplas	Recursos psicopedagógicos

Fonte: Elaboração do autor, com base em Gonçalves et al. (2025).

É interessante notar que, embora as barreiras arquitetônicas sejam as mais citadas pelos estudos, há pouca menção sobre os recursos para mitigar esses obstáculos.

2.3 Administração Pública e Gestão Universitária

Segundo o art. 27 da Lei Brasileira de Inclusão, o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os níveis. Sendo assim, todas as pessoas que estão matriculadas em uma instituição de ensino, principalmente de nível superior, precisam que a universidade esteja preparada ou se prepare para atender as suas necessidades. As bibliotecas devem ser acessíveis em todos os sentidos, até porque

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

os materiais que os professores fornecem nas aulas não são suficientes. Assim, estudantes de nível superior têm a necessidade de acessar outros materiais para seu desempenho acadêmico. Nesse sentido, as bibliotecas precisam de um bom acervo de livros tanto em formato físico quanto digitais e também os computadores devem ser acessíveis para que os estudantes possam realizar seus estudos.

Por exemplo, os computadores precisam de leitores de tela para que estudantes com deficiência visual possam utilizar esse recurso e espera-se que o atendimento prestado pelos bibliotecários seja de boa qualidade; caso contrário, isso também pode comprometer os estudos desse público. De acordo com Botelho e Menezes (2022, p. 1), “as bibliotecas universitárias devem empreender ações mediadoras que garantam o acesso igualitário à informação por parte dos usuários com deficiência no âmbito do Sistema Universitário de Bibliotecas”.

É possível oferecer um serviço de qualidade desde que o corpo universitário esteja atento para realidade de seus estudantes principalmente aqueles com deficiência, até porque esses estudantes necessitam de um cuidado diferenciado dos demais. É importante o desenvolvimento de ações afirmativas nas universidades. É por meio dessas ações que os estudantes se sentem incluídos e cooperam para o melhoramento dos estudos dessas pessoas no meio acadêmico. Segundo Botelho e Menezes (2022, p. 5):

> Nesse contexto, a inclusão da pessoa com deficiência constitui-se em uma exigência, que pressupõe a necessidade da adequação da sociedade às necessidades dessas pessoas que se refere à cultura, ao lazer, ao esporte, ao turismo, ao mercado de trabalho e, sobretudo, à educação, que tem em si o poder de aplacar as desigualdades sociais.

Existe uma quantidade crescentes de estudos que aborda os desafios de pessoas com deficiência em instituições de ensino superior. A **tabela 3** resume os textos que foram encontrados sobre esse tema (acessibilidade no ensino superior). Os textos foram encontrados por meio do software *Publish & Perish*, que facilita a busca no Google Acadêmico. O software busca as publicações mais citadas.

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

Tabela 3 – Textos que versam sobre acessibilidade em universidades públicas brasileiras

Autores	Universidade investigada	Região
Pereira et al (2015)	Universidade Estadual Paulista	Sudeste
Costa e Souza (2014)	Universidade Federal do Pará	Norte
Costas et al (2022)	Universidade Federal de Santa Maria	Sul
Marques de Oliveira et al (2008)	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Nordeste
Garcia et al (2018)	Universidade no interior do Paraná	Sul
Paiva e Melo (2021)	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Nordeste
Cantorani e Pilatti (2015)	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Sul
Krüger et al (2007)	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Sul
Silva et al (2011)	Universidade Federal Fluminense	Sudeste
Branco e Leite (2016)	Universidade Estadual Paulista	Sudeste
Silva (2016)	Universidade Estadual Paulista, Universidade Federal de São Carlos e Universidade Federal de Santa Catarina	Sul e Sudeste
Azevedo et al (2019)	Universidade Federal de Campina Grande	Nordeste
Oliveira (2013)	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Sudeste
Souza et al (2022)	Universidade no estado do Amazonas	Norte
Dea e Rocha (2017)	Universidade Federal de Goiás	Centro-Oeste
Emmel et al (2010)	Universidade Federal de São Carlos	Sudeste

Fonte: elaboração do autor

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

Como mostra a tabela 3, os estudos versam sobre diferentes regiões brasileiras, principalmente o Sudeste. Também tratam de diferentes barreiras e espaços relacionados às universidades, incluindo as bibliotecas, as quais desempenham um papel central no acesso à educação. Apesar de muitas conquistas em prol dos direitos das pessoas com deficiência, ainda são muitas as barreiras de acessibilidade. Mesmo que as universidades queiram diminuir as barreiras, elas infelizmente não conseguem porque existe carência de recursos. Um outro elemento que coopera para a existência de barreiras é a falta de políticas públicas bem planejadas.

Essas barreiras se tornam um assunto recorrente na vida dos discentes, ainda que existam as leis e os decretos a favor da acessibilidade, mas, quando se trata de inclusão, o processo torna-se tardio. Azevedo et al (2019) observaram diretamente a infraestrutura de acessibilidade e a instrumentação pedagógica voltada a atender os deficientes visuais na Universidade Federal de Campina Grande (UCG). Quando falamos a respeito da inclusão e da acessibilidade, é importante que a infraestrutura esteja preparada para atender as pessoas com deficiência. De acordo com o texto, a UFCG recebeu quatro estudantes com cegueira total. Durante um encontro, os discentes falaram a respeito das barreiras na UFCG: locomoção pelos espaços universitários e estrutura física.

Mesmo com a instalação de piso tátil na UFCG, o problema continuou. Com base na fala de um dos discentes, as estruturas de acessibilidade são insuficientes, mais atrapalham que ajudam, porque os pisos tácteis parte, de um certo ponto, mas na maioria das vezes chegam em lugares inimagináveis. Segundo a depoente, falta guardas-corpos, corrimões e piso tátil. Os pisos tácteis existentes, em vezes de proporcionar um bom deslocamento, por contrário, promovem a insegurança e a insatisfação na vida dos PCDs, principalmente nos deficientes visuais.

De acordo com Krüger et al (2007), por meio da pesquisa foi encontrados vários obstáculos localizados nos campi da UEPG, sendo todos catalogados de acordo com a sua gravidade (baixa, média e alta) e de solução (simples, relativa e complicada). Exemplos destacados pelos autores são a escada no pátio interno com degraus totalmente fora de padronização (necessidade alta, solução complicada), sinalizações visuais inadequadas sem padronização (necessidade alta, solução

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

simples). Algumas sugestões para contribuir com a inclusão são: colocar corrimão, colocar selos em braile, instalar elevadores, adaptar banheiros considerando as dificuldades de acesso, propor abertura em tempo integral e remover materiais de limpezas dos banheiros, e colocar sinalização tátil em alto relevo. sabe-se que a inclusão é complexa; para tanto é relevante se a gestão universitária possa esse modelo educacional numa perspectiva a partir da deficiência (KRÜGER ET AL, 2007).

Dessa forma, a inclusão é um assunto recorrente nas instituições de ensino, que, por sua vez, recebem todas as pessoas que precisam estudar, que seja por meio de cotas ou concorrência legal. Os estudantes com deficiência contam com as políticas públicas voltadas a eles, e é um público necessita das ações afirmativas para garantir a sua permanência e o melhoramento de seus estudos. Em se tratando de inclusão nas universidades públicas, há um longo caminho para assegurar a plena inclusão, porque elas dependem também de fatores externos. As universidades continuam se articulando por meio de ações afirmativas com o intuito de oferecer o melhor aos estudantes PCDs (OLIVEIRA, 2013).

Oliveira (2013), mediante entrevistas com estudantes nas quais eles relatam suas vivências, destaca que pessoas cegar que não possuem memória visual podem não ter boa orientação e mobilidade; o importante é explicar a direção, indicar os obstáculos que existem no caminho. Estudantes que usam cadeira de rodas destacaram a ausência de certas adaptações. Essa ausência pode ser minimizada pela solidariedade de colegas. As aulas em laboratório requerem adaptações adicionais nos locais e nos materiais – quando não existem essas adaptações, os colegas ajudam. Para não perder as aulas em lugares sem condições de acesso, o estudante foi carregado por alguns dos colegas nos espaços da UERJ – conforme relata a entrevista em Oliveira (2013). Em relação a estudantes com deficiência auditiva, o problema não está na postura dos interlocutores, mas principalmente na posição que se colocam quando se comunicam com deficientes auditivos.

Assim, os textos analisados mostram que – apesar das tentativas das universidades em promover a igualdade mediante ações – as instituições ainda enfrentam desafios relacionados aos diferentes tipos de barreira de acordo com cada tipo de deficiência. O presente trabalho complementa os anteriores por meio de um estudo da UNILA de modo a identificar os desafios e obstáculos com base na

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

perspectiva dos usuários e gestores.

2.4 Análise de Políticas Públicas

Este trabalho se baseia em uma análise de políticas públicas. Dois conceitos são fundamentais para entender o campo da política pública: o problema público e a política pública. O primeiro trata do fim ou da intenção de resolução. O segundo trata do meio ou mecanismo para levar a cabo tal intenção. O problema público é usualmente definido como a distância entre o status quo uma situação ideal possível para a realidade pública (SECCHI, 2016).

O problema público é um conceito intersubjetivo, ou seja, ele só existe se incomoda. Uma quantidade ou qualidade considerável de atores. Uma política pública é uma dinâmica elaborada para enfrentar um problema público. Política pública é um conceito abstrato que se materializa com instrumentos concretos como, por exemplo, leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviço, subsídios, impostos e taxas, decisões judiciais, entre muitos outros (SECCHI, 2016).

De acordo com Secchi (2016), o problema público está para a doença, assim como a política pública está para o tratamento. Metaforicamente, a doença (problema público) precisa ser diagnosticada, para então ser dada uma prescrição médica de tratamento (política pública), que pode ser um remédio, uma dieta, exercícios físicos, cirurgia, tratamento psicológico, entre outros (instrumentos de política pública).

Problemas públicos e políticas públicas existem nas áreas de educação, segurança, saúde, gestão pública, meio ambiente, saneamento, habitação, emprego e renda, previdência social, planejamento urbano, justiça e cidadania, assistência social, ura e esporte, ciência, tecnologia e inovação, infraestrutura e transportes, entre muitas outras áreas. A finalidade de uma política pública é o enfrentamento, diminuição e até mesmo a resolução do problema público.

Análise de políticas públicas é a atividade e o campo de conhecimento teórico e metodológico voltados para a geração e a sistematização de conhecimentos aplicados no enfrentamento de problemas públicos. A análise de políticas públicas visa melhorar o processo decisório público com o uso de métodos e técnicas de análise de problemas e análise de soluções para auxiliar nas decisões e na

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

estruturação de políticas, leis, programas, campanhas, projetos ou ações públicas (SECCHI, 2016).

Entre os métodos e as técnicas consolidados na literatura internacional estão a análise de custo-benefício, a análise de custo-efetividade, o redesenho incremental, o mapeamento de argumentos, a análise de empatia política, os métodos participativos, as técnicas hedge, e muitos outros. O produto de uma análise prospectiva é uma recomendação de política pública. Essa recomendação é destinada, em geral, a um tomador de decisão, mas também pode interessar aos demais atores políticos e sociais de um subsistema de política pública (SECCHI, 2016).

A análise, portanto, serve para aumentar as chances de uma boa formulação, decisão e posterior implementação de um curso de ação. Fazer análise com finalidade prática, prescritiva e de resolução de problemas públicos exige trabalho de pesquisa aprofundada, conversa com atores políticos, reuniões com a participação dos potenciais destinatários da política pública, coleta de documentos em repartições públicas (SECCHI, 2016).

Uma análise de política pública também depende de uma delimitação clara e precisa do problema público, de geração de alternativas tecnicamente consistentes, de projeção de custos e benefícios com a implementação de antecipação e dissolução de conflitos de interesses. Fazer análise de política pública significa gerar informações, argumentos e consensos que forneçam uma base mais sólida na tomada de decisão pública. As decisões que exigem níveis mais elevados de sofisticação e profissionalismo são aqueles que usam métodos, evidências, critérios e parâmetros, ou seja, baseiam-se numa análise consistente do problema público e da política pública (SECCHI, 2016).

Sem usar métodos analíticos, uma decisão pública é pautada pela repetição, imitação, preconceito ou auto interesse. Ocasionalmente, nossa sociedade e nossos governos tomam decisões assim:

i) Fazem o que sempre foi feito no passado;

ii) Copiam soluções de outros lugares de forma acrítica. Planejam sem

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

informações suficientes.

iii) Tomam decisões que beneficiam certas pessoas ou grupos à revelia do interesse público (SECCHI, 2016).

Os exemplos citados na figura são sínteses de orientações a cursos de ação (diretrizes/políticas) para a resolução de problemas públicos. Uma orientação pode ter um nível mínimo de sofisticação ("papo de boteco"), um nível intermediário e até nível alto para embasamento decisório. A análise de política pública serve para afastar a recomendação de política pública da superficialidade e trazê-la o mais próximo possível de uma análise profissional. Em algumas situações, decisões baseadas em "achismo" podem dar certo e gerar uma decisão satisfatória. Isso depende do acaso. Às vezes a inspiração e a experiência do decisor são suficientes. Mas, em geral, decisões sem fundamento analítico podem sofrer sérias falhas de implementação causadas por falta de recursos humanos, financeiros e materiais, inércia cultural, falta de vontade política, disfunções burocráticas, etc (SECCHI, 2016).

Há também que reconhecer que os métodos de análise de políticas públicas não garantem boas decisões. Mesmo governos e órgãos com capacidade técnico-analítica bastante avançada podem falhar nas suas tomadas de decisões. Exemplo disso são decisões equivocadas, tomadas pela equipe econômica de um governo, que pautam suas decisões em modelos estatísticos e projeções fundamentadas em evidências, mas deficientes em análise de comportamento e sensibilidade política. Ou ainda decisões construídas por uma pluralidade de atores políticos em um processo deliberativo que acabam gerando decisões politicamente satisfatórias do ponto de vista individual (por exemplo, extinção de um imposto), mas prejudiciais do ponto de vista de interesse coletivo (por exemplo, crise fiscal por perda de arrecadação).

Isso, a análise de política pública não garante uma boa formulação e decisão, mas aumenta as suas chances. Trazendo a reflexão para o caso brasileiro: é possível elaborar leis que funcionem na prática? É possível fazer obras públicas com maior rapidez e qualidade e com o custo? É possível fazer programas sociais com maior impacto emancipatório sobre populações carentes? É possível melhorar a elaboração, a implementação e a avaliação das políticas públicas no Brasil? Se as

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

respostas a essas questões são afirmativas, um dos caminhos é a adoção de métodos de análise de políticas públicas.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo de Pesquisa

O desenho de pesquisa deste trabalho foi qualitativo, com caráter exploratório-descritivo. O objetivo é descrever a realidade na UNILA ao explorar dados qualitativos sobre as condições de acessibilidade. Trata-se, portanto, de um estudo de caso sobre a Universidade.

O estudo de caso exploratório tem como objetivo mapear dados e desenvolver hipóteses sobre fenômenos nos quais ainda não há uma quantidade razoável de evidências disponível (YIN, 2001). A UNILA foi escolhida como caso devido ao seu ambiente multicultural e a ausência de estudos, entre os mais citados sobre acessibilidade, focados nessa instituição.

A metodologia desta pesquisa se baseou, em grande medida, nas estratégias de análise de políticas públicas descritas por Leonardo Secchi (2016). As sociedades e os governos tomam boas e más decisões. Uma boa decisão pública é aquela embasada em informações e análises confiáveis, pautada em princípios e valores socialmente aceitos e que traz os efeitos desejados para a melhoria do bem-estar coletivo e chegar a boas decisões públicas não é tarefa fácil, sejam elas decisões operacionais ou administrativas, sejam elas decisões estruturantes referentes a macropolíticas (SECCHI, 2016).

Nesse sentido, foram utilizadas diversas fontes de dados para esta pesquisa: entrevistas semiestruturadas com gestores, professores e estudantes, imagens (fotografias) de espaços e documentos (planos de gestão da universidade).

3.2 Coleta de dados

Os métodos de coleta de dados incluíram:

- Pesquisa bibliográfica: leitura de materiais e publicações acadêmicas sobre o tema de acessibilidade.

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

- Levantamento documental: o levantamento se baseou na leitura de regulamentos internos, assim como planos de acessibilidade e de gestão.
- Entrevistas semiestruturadas com estudantes PCDs, servidores da área de acessibilidade, gestores e professores: foram realizadas entrevistas semiestruturadas com questões sobre desafios enfrentados pelos entrevistados. As entrevistas buscaram identificar as percepções dos discentes, docentes e gestores sobre a adequação da universidade às necessidades do PCDs. As entrevistas foram realizadas, gravadas e transcritas por meio do Microsoft Teams e analisadas segundo categorias pré-definidas explorando o objeto da pesquisa. Foram criados roteiros especificamente voltados a discentes, docentes e técnicos da universidade. Os roteiros se encontram disponíveis no anexo deste trabalho.
- Observação direta de espaços físicos: foram observados salas, bibliotecas, laboratórios e banheiros, entre outros espaços. Fotos desses espaços disponibilizadas por grupo de estudantes ilustram os problemas vividos por PCDs.

Os dados foram coletados diretamente pelo discente e por grupo da disciplina “Ateliê de Políticas Públicas”, que também explorou o tema da acessibilidade na universidade[1]. O grupo contribuiu com o mapeamento e a leitura dos documentos de gestão, assim como as fotos dos espaços físicos da universidade e do transporte. As entrevistas foram elaboradas e realizadas pelo autor do trabalho.

3.3 Universo e Amostra

A amostra utilizada nesta pesquisa foi intencional com estudantes PCDs e servidores da UNILA, especialmente os envolvidos em políticas de inclusão. Foram realizadas 12 entrevistas: 7 com estudantes PCDs, 3 com professores e 2 com técnicos do setor responsável pelas políticas de acessibilidade. Os estudantes foram

[1] O grupo concordou em fornecer o relatório para suporte desta pesquisa. Agradeço aos membros do grupo por essa gentileza: Lurdilene Lima, Andrea Barbosa Lange, Janet Rocio Apaza Vilca e Cristia Andreia Castro Duarte.

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

identificados por meio dos canais com o Núcleo: a pesquisa foi divulgada amplamente nesses canais e os estudantes se voluntariaram para ser entrevistados. A amostra de técnicos e docentes foi realizada por conveniência. Tentamos entrevistar mais técnicos, mas não obtemos resposta. No que tange aos discentes, eles são de diferentes cursos: medicina, ciência política e sociologia, serviço social, administração pública, cinema e audiovisual, e história.

Também apresentam diferentes tipos de deficiência: visual, física, neuro divergência e múltipla. Isso garantiu a diversidade na amostra de modo a evitar potenciais vieses causados por erros sistemáticos. As entrevistas foram enviadas para vários docentes e técnicos, mas a taxa de resposta foi inferior em comparação aos discentes. Isso não afeta sistematicamente o trabalho, pois o objetivo principal é capturar a percepção dos discentes PCDs, seus desafios e principais obstáculos.

A **Tabela 4** lista as entrevistas realizadas.

Tabela 4 – Entrevistados

ENTREVISTA	CATEGORIA	CURSO
#1	Discente	Medicina
#2	Discente	Administração Pública
#3	Discente	Serviço Social
#4	Discente	Ciência Política e Sociologia
#5	Discente	Cinema e Audiovisual
#6	Discente	Administração Pública
#7	Docente	História
#8	Discente	Administração Pública

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

#9	Docente	Administração Pública
#10	Docente	Letras
#11	Técnico	NA
#12	Técnico	NA

Fonte: autor.

De forma geral, as entrevistas buscaram identificar os desafios e as barreiras enfrentadas por PCDs, assim como potenciais falhas na gestão. As perguntas feitas aos discentes foram:

1. Em qual curso você está matriculado e qual é o seu semestre?
2. Você conhece a política de acessibilidade da universidade?
3. Qual é a sua deficiência? A sua deficiência traz algum desafio na participação no curso?
4. Em qual dos campi você estuda, e a acessibilidade da universidade era como você esperava?
5. Em sua opinião os bebedouros estão adequados corretamente, para que os cadeirantes possam utilizar sem nenhum desconforto? (perguntar especificamente para cadeirantes).
6. Você tem alguma dificuldade para acessar os materiais e interagir nas aulas?
7. Como é seu acesso e permanência nos espaços de lazer nos espaços da universidade?
8. Os textos que você utiliza em salas são compreensíveis?
9. Na sua vivência acadêmica, como tem sido o seu deslocamento pelos espaços da universidade (exemplo: entre campi)?
10. Na sua opinião, a política pública para pessoas com deficiência é implementada corretamente na universidade?

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

11. Os docentes têm se comunicado com você para acompanhar seu processo pedagógico?
12. Você já vivenciou algum tipo de discriminação por parte de outros estudantes?
13. A universidade tem promovido palestras e atividades a respeito da acessibilidade?
14. O núcleo de acessibilidade que presta suporte aos estudantes com deficiência tem promovido reuniões com os estudantes?
15. A respeito dos monitores tanto da adequação de materiais quanto os da mobilidade, eles cumprem corretamente as tarefas que foram atribuídas a eles?
16. Você já fez a disciplina “educação inclusiva” ou não a conhece?

As perguntas para os docentes foram:

1. Você já teve algum discente PCD?
2. Você considera que recebeu apoio suficiente da UNILA? [caso sim]
3. Houve algum tipo de comunicação oficial da universidade com orientações sobre estudantes PCD? [caso sim]
4. Você entrou em contato com o discente? [caso sim]
5. Você considera que a universidade oferece apoio suficiente para PCDs (estudantes, professores e técnicos)?
6. Quais são os principais desafios enfrentados no trabalho com discentes PCDs?
7. Você tem conhecimento da política de acessibilidade da universidade? Acha que ela é suficiente?

Já para os técnicos, as perguntas incluíram:

1. Qual é o apoio que a universidade oferece a discentes PCDs?
2. Qual é o trabalho que você realiza?

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

3. Você acha que a universidade oferece apoio suficiente para os discentes?

4. O que você acha que poderia melhorar?

5. Quais são os principais desafios do seu trabalho?

As perguntas para técnicos foram:

1. Qual é o apoio que a universidade oferece a discentes PCDs?
2. Qual é o trabalho que você realiza?
3. Você acha que a universidade oferece apoio suficiente para os discentes?
4. O que você acha que poderia melhorar?
5. Quais são os principais desafios do seu trabalho?

As entrevistas foram realizadas com o Microsoft Teams, gravadas e transcritas, ou respondidas, por escrito, mediante questionário enviado por e-mail segundo a disponibilidade do participante. Todos os participantes assinaram termo de livre esclarecimento para participar das entrevistas. Como a UNILA não possuía comitê de ética durante a elaboração deste TCC, não conseguimos encaminhar os documentos para aprovação. Todas as entrevistas são relatadas aqui de forma anônima.

3.4 Técnicas de Análise

Os dados das entrevistas foram analisados segundo a análise de conteúdo temática (DIAS; MISHIMA, 2023). Para a análise temática, adotamos um procedimento simplificado: por meio da leitura das transcrições e questionários, identificamos categorias centrais nas respostas dos entrevistados. O objetivo foi encontrar temas e perspectivas comuns entre a amostra. Nesse sentido, no que tange aos discentes, foram identificadas as seguintes categorias com base nas perguntas:

- Uso de espaços de lazer;

- Acessibilidade no campus;

- Problemas relatados;

- Conhecimento sobre política de acessibilidade da universidade;

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

- Conhecimento sobre disciplina de acessibilidade;

- Comunicação por parte de docentes;

- Suficiência da política da Universidade.

As entrevistas foram realizadas com o software Microsoft Teams, transcritas e tabuladas no Excel segundo as categorias acima e informações sobre entrevistados. Os fragmentos das entrevistas são apresentados neste texto de forma anônima de modo a preservar a identidade e a privacidade dos entrevistados.

3.5 Desafios

Como um estudante PCD, desde que me matriculei no TCC, saberia que passaria por vários obstáculos para concluir o curso. No primeiro dia de aula, fui sozinho à aula – devido à ausência de monitor – e me dirigi ao local incorreto. Percebi que no campus do PTI, a falta de acessibilidade e infraestrutura é muita decorrente da ausência de piso tátil. Além disso, algumas disciplinas são realizadas longe do ponto de ônibus. Quanto ao campus do Jardim Universitário (JU), a falta de acessibilidade também existe. Falta ainda muito para suprir as necessidades dos PCDs. Como um estudante com deficiência visual, a falta de piso tátil é um grande obstáculo. A entrada do JU é péssima para um estudante com deficiência visual; não existe pista tátil para se locomover.

Algumas rampas dos diferentes campi possuem pisos quebrados ou buracos – o que dificulta ainda mais a locomoção. Até mesmo para chegar ao setor responsável pela acessibilidade, não existe piso tátil. Quanto ao CI, até já existiu piso tátil, mas descolou-se com o tempo. A entrada é razoável, mas falta uma cobertura para os dias de chuva. Vivenciei um dia em que a chuva estava tão forte que cheguei ao bloco de aula completamente encharcado. Além disso, o piso tátil é desproporcional: não existe marcação que determine a chegada nos blocos. O acesso ao restaurante universitário (RU) é limitado por barreiras físicas: a barra para se servir é muito estreita e não há espaço para o acompanhante. Existe uma monitoria na adequação dos materiais e acompanhamento – porém, a qualidade varia de acordo com a disponibilidade e a responsabilidade de cada monitor.

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

Muitas vezes, tive que contar com a cooperação de outros colegas para chegar à sala de aula devido à ausência ou falta de pontualidade de monitores. O maior desafio consiste na adequação dos materiais: muitas vezes, recebi os textos com atraso ou em formatos inadequados (falta de paginação, elementos inelegíveis, informações incorretas ou faltantes, etc.), o que prejudicou o estudo. O atendimento é insuficiente, uma vez que monitores também possuem seus próprios compromissos e as tarefas acadêmicas exigem estudo fora das horas formais de trabalho. Não há acompanhamento para que PCDs possam acessar bibliotecas e espaços de lazer; o acompanhamento é restrito aos horários das aulas. Mesmo os sanitários exclusivos para PCDs possuem objetos – como vassouras e baldes – que atrapalham o usufruto desses espaços.

Essa realidade contribuiu para que a execução deste TCC fosse ainda mais desafiadora. A elaboração do trabalho exigiu uma infraestrutura adicional: textos em formato adaptado, monitores para me acompanhar a cada reunião e realização de encontros semanais de duração de uma a duas horas com a orientadora e o monitor. Por outro lado, o contexto que enfrentei também inspirou o tema do TCC. O trabalho é, portanto, resultado de um grande desafio, mas também superação.

3.6 Limitações

Como qualquer outro trabalho acadêmico, este estudo possui limitações. O número de entrevistas – 12 – não permite extrair generalizações e fortes inferências causais. Entretanto, a quantidade foi suficiente para se atingir determinado nível de saturação teórica (MINAYO, 2017), recorrente em trabalhos qualitativos. Embora a posição do pesquisador discente como parte do grupo amostral possa gerar um viés na pesquisa, também contribuiu para maior acesso ao grupo pesquisado e entendimento dos desafios enfrentados.

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

4. ESTUDO DE CASO: ACESSIBILIDADE NA UNILA

4.1 Infraestrutura física

Conforme mencionado na revisão de literatura, as barreiras físicas ainda são frequentemente citadas pelos estudos. A infraestrutura física na UNILA é limitada: ainda faltam pisos tácteis e rampas de acesso em muitos espaços. A estrutura de transporte é também precária.

A **figura 1** mostra a situação dos pisos e do banheiro nos campi da UNILA. Como se pode notar, há descontinuidade nos pisos tácteis e o espaço do banheiro é pequeno.

Figura 1 - Pisos

Fonte: Relatório elaborado por Lurdilene Lima, Andrea Barbosa Lange, Janet Rocio Apaza Vilca e Cristia Andreia Castro Duarte para a disciplina de Ateliê II.

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

A **figura 2** traz imagens dos transportes. Embora não seja visível nas fotos, os transportes – sobretudo, intercampi – geralmente possuem escadas que são inadequadas devido à posição: elas apresentam dificuldades de locomoção.

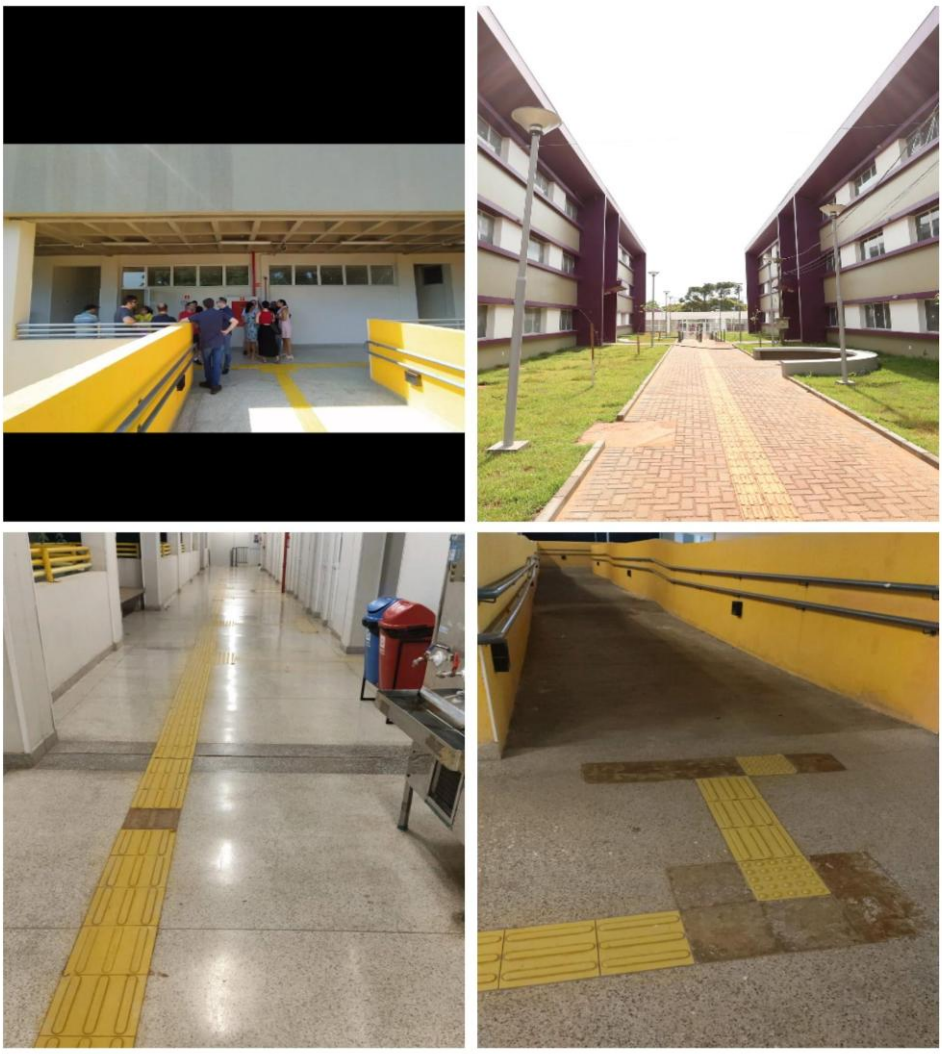
Figura 2 - Transporte

Fonte: Relatório elaborado por Lurdilene Lima, Andrea Barbosa Lange, Janet Rocio Apaza Vilca e Cristia Andreia Castro Duarte para a disciplina de Ateliê II.

A **figura 3** ilustra os pisos no Campus Integração (CI). Assim como em outros campi, há descontinuidade no piso tátil, o que atrapalha a movimentação de PCDs dentro do campus. Conforme narrado nas entrevistas, há descolamento em várias áreas. Mesmo o caminho até o Núcleo responsável por acessibilidade é dificultado.

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

Figura 3 – Pisos no CI



Fonte: Relatório elaborado por Lurdilene Lima, Andrea Barbosa Lange, Janet Rocio Apaza Vilca e Cristia Andreia Castro Duarte para a disciplina de Ateliê II.

A **figura 4** mostra um bebedouro. A altura das torneiras pode ser inadequada para cadeirantes, pois estão muito altas. Assim, pessoas que utilizam cadeiras de rodas não conseguem alcançar as torneiras.

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

Figura 4 - Bebedouro

Fonte: Relatório elaborado por Lurdilene Lima, Andrea Barbosa Lange, Janet Rocio Apaza Vilca e Cristia Andreia Castro Duarte para a disciplina de Ateliê II.

A **figura 5** ilustra um elevador em um dos campi da UNILA. Há poucos elevadores disponíveis para estudantes PCDs. A maior parte da infraestrutura dos campi se baseia em rampas de acesso. No entanto, nem sempre as passarelas e rampas são adequadas, uma vez que há buracos e desníveis que dificultam a locomoção de pessoas com deficiência física.

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

Figura 5 - Elevador

Fonte: Relatório elaborado por Lurdilene Lima, Andrea Barbosa Lange, Janet Rocio Apaza Vilca e Cristia Andreia Castro Duarte para a disciplina de Ateliê II.

4.2 Recursos oferecidos pela universidade

A Secretaria de Acessibilidade e Inclusão (SECAFE) foi criada em 2023 e é, portanto, recente. Trata-se do principal setor responsável pelas políticas de acessibilidade. Segundo Lima et al (2025, p. 15):

> O problema da acessibilidade na UNILA apresenta uma tendência crescente e parcialmente incremental, com avanços pontuais, mas marcados por descontinuidades e fragilidade estrutural. Desde a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (2015), a universidade vem criando mecanismos internos, como o DAIPCD, a SECAFE e o PADA-PcD, que representam avanços importantes, embora ainda reativos e não integrados. O número de estudantes que demandam apoio tem aumentado de forma significativa — 92 atendimentos

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

> em 2024 — impulsionado pelo ingresso de alunos por políticas afirmativas e pela maior visibilidade das pautas de inclusão. No entanto, a ampliação de recursos e estrutura institucional não acompanha esse crescimento, o que limita a eficácia das ações e reforça a dependência de decisões pontuais da gestão e de repasses orçamentários irregulares.

A análise dos planos de gestão (Lima et al, 2025) indica um fortalecimento institucional, principalmente mediante a criação da SECAFE. No entanto, as autoras do relatório também destacam a descontinuidade institucional e a necessidade de superar barreiras práticas.

Formalmente, a universidade oferece uma série de recursos para PCDs. A **Tabela 5** resume essas ações.

Tabela 5 – Ações da Universidade

Área	Ações
Alimentação	Subsídio no RU.
Transporte	Auxílio-transporte (valor via edital da PRAE), com prioridade para modalidades acessíveis.
Moradia	Alojamento e auxílio-moradia, com adaptações para PcD
Apoio Pedagógico	Atendimentos por equipe multidisciplinar da PRAE (psicologia, social, enfermagem).
Material didático e tecnologia assistiva	Fornecimento de materiais em braille, digitais acessíveis e soft-wares assistivos via SECAFE/DAAIPcD.
Bolsa auxílio	Bolsa de até R$ 700/mês (Edital 186/2023) para até 15 estudantes PcD em 2024.
Monitoria e tutoria	Bolsas específicas de monitoria para PcD, integradas a programas de tutoria (bolsas custeadas por PROGRAD).
Inclusão cultural, esportiva e extensão	Projetos extensionistas que integram cultura, arte e esporte com acessibilidade, alinhados ao PNAES.

Fonte: Relatório elaborado por Lurdilene Lima, Andrea Barbosa Lange, Janet Rocio Apaza Vilca e Cristia Andreia Castro Duarte para a disciplina de Ateliê II.

Como notamos da tabela acima, a maior parte do suporte oferecido pela Universidade consiste em apoio financeiro: bolsas destinadas a promover auxílios a estudantes PCDs. Embora relevante, não é suficiente para promover a acessibilidade tendo em vista as barreiras enfrentadas pelos PCDs referentes ao espaço físico,

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

atuação inadequada de docentes, técnicos ou estudantes, sistemas confusos e materiais não adaptados. Tanto as imagens quanto as entrevistas reforçam a existência de barreiras práticas.

4.3 O que dizem os discentes PCDs sobre a UNILA

Foram entrevistados 7 discentes de diferentes cursos da UNILA sobre as condições de acessibilidade, incluindo espaço físico e apoio pedagógico. De forma geral, as entrevistas convergiram em uma avaliação negativa da política de acessibilidade da universidade e destacaram problemas comuns, desde inadequação do espaço físico até relações com docentes e o núcleo responsável.

Em relação aos espaços de lazer, apenas um discente respondeu que tais espaços são razoáveis. Os demais entrevistados não consideram que os espaços são adequados ou não usam o espaço por falta de tempo ou motivos pessoais. Discente com neuro divergência relatou, por exemplo, a não conseguir permanecer em espaços com muitos estímulos (Entrevistas 1-6). Em relação à acessibilidade no campus, quatro consideram que é insuficiente ou péssima, enquanto um considera razoável e outro suficiente. Os problemas relatados nas entrevistas foram:

a) Bebedouros altos: bebedouros não são acessíveis para pessoas com deficiência física, principalmente cadeirantes, uma vez que a altura não permite que alcancem a torneira.

b) Plataforma do SIGAA é confusa: alguns professores disponibilizam os materiais na plataforma SIGAA. Um dos discentes relatou “A plataforma eu acho ela às vezes um pouco confusa de você encontrar os conteúdos” (Entrevista #1, 2:16).

c) Materiais não adaptados: materiais são frequentemente disponibilizados em formatos inadequados – por exemplo, fontes e tamanhos que dificultam a leitura.

d) Espaço físico inadequado: os banheiros possuem tamanho insuficiente e às vezes possuem itens que atrapalham a locomoção (ex., itens de limpeza, como vassouras e rodos). Além disso, o chão é escorregadio e faltam rampas e pisos adequados. A distância entre os espaços também

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

compromete a locomoção. Ademais, faltam pisos tácteis e alguns possuem descolamento. Faltam cobertura para as rampas e há buracos e desníveis. A sinalização é inadequada e a iluminação insuficiente.

e) Ausência de fila preferencial: entrevistado relata a ausência de fila preferencial e espaço adequado no restaurante. Segundo a entrevista (#2, resposta por escrito):

> Não sou cadeirante, mas já andei de cadeiras de rodas. Acredito que além dos bebedouros tudo seria pior para mim em cadeiras de rodas na universidade, inclusive o RU. Como eu iria jantar no campus do JU usando cadeiras de rodas se não há nem espaço para fila preferencial? E nem mesmo espaço para um cadeirante pegar a bandeja e fazer seu prato. Acessibilidade significa acesso em todos os locais, se eu fosse cadeirante toda a minha independência seria tirada de mim por falta de todos os acessos nada acessíveis.

f) Tratamento inadequado por parte de colegas e professores: discentes também destacaram falta de treinamento para professores, que não sabem lidar com a situação. Ademais, um dos discentes citou que os professores não acatam que o Núcleo pede.

Assim, os discentes convergem em uma percepção predominantemente negativa sobre as políticas de acessibilidade da universidade, destacando lacunas e desafios. A **tabela 6** resume os desafios segundo tipos de barreira destacados na revisão de literatura e os obstáculos relatados nas entrevistas.

Tabela 6 – Barreiras e Desafios na UNILA

Tipo de barreira	Obstáculo
Físicas e arquitetônicas	Rampas, desníveis, ausência de pisos tácteis, bebedouros inadequados
Pedagógicas	Materiais não adaptados, plataforma digital
Sociais e comunicacionais	Tratamento inadequado por parte de colegas e professores. Falta comunicação por parte de professores e do Núcleo responsável.

Fonte: elaboração do autor com base em entrevistas.

A maioria relatou ter conhecimento da política de acessibilidade da universidade. Porém, a comunicação dos docentes com os PCDs é precária de acordo com todos os entrevistados: há pouca ou nenhuma comunicação. Segundo

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

um dos entrevistados, ao ser questionado sobre comunicação e relação com professores:

> Eu que fui, perguntei se eu podia utilizar e tudo mais. Teve professores que tudo bem, não tem problema, podem. Mas teve professores que teve uma certa resistência assim, deixaram, mas assim supervisionaram assim, teve uma certa resistência. Olhar para mim assim, com outro olhar e visualizar assim. Eu senti um pouco desse olhar assim (Entrevista #8, 17:49).

Além disso, cinco relataram ter sofrido preconceito por parte de estudantes e a maioria afirmou que a universidade não promove palestras e pouco faz em relação à acessibilidade

O suporte do setor responsável foi relatado como insuficiente. Um dos entrevistados explicou que foi convidado apenas para um encontro e suporte dos monitores depende de cada monitor. Além disso, faltam reuniões presenciais com o Núcleo, já que elas ocorrem em formato online.

O Núcleo responsável se reúne pouco com os discentes: Conforme relata o discente: “Assim, eu não vi nenhuma reunião. A reunião que a gente fez foi do coletivo de estudantes, que é com deficiência que eu fiz semana retrasada. Inclusive, é quem estava presente nesse coletivo como tutor de um dos alunos” (Entrevista #8, 34:35).

Outro discente mencionou que as reuniões realizadas pelo Núcleo são majoritariamente online:

> Para mim é bem ruim, porque foi no meu começo na universidade que eu precisava informação. E ele só fazia é reunião online para comunicar-se com as pessoas deficientes, e eu sou uma pessoa meio introvertida, que eu não gosto muito de fazer, é videochamadas então para mim. Preferia ter uma conversão presencial no núcleo, mesmo que onde eu poderia sanar todas as minhas dúvidas sobre as coisas (Entrevista #6, 6:41).

De forma geral, os discentes PCDs consideram que a política de acessibilidade na UNILA não é implementada de forma suficiente.

4.4 A perspectiva dos docentes e da gestão

Os discentes relataram unanimemente que não há contato por parte dos professores em relação à adequação pedagógica às necessidades dos PCDs. Nesse sentido, as entrevistas com os docentes demonstram que a falha pode ser da gestão, uma vez que não há um contato periódico entre o Núcleo e os docentes.

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

Como relata um dos entrevistados (#7, por escrito):

> Um dos desafios é a própria comunicação com a universidade. No começo do semestre geralmente recebemos um e-mail padrão informando que teremos um estudante PCD ou neuro divergente em uma determinada turma. Ainda que esse e-mail traga informações específicas sobre o estudante, se tratam de informações genéricas que nem sempre condizem com o apresentado posteriormente em sala de aula. Depois dessa comunicação não há nenhum retorno. Não ficamos sabendo sobre a opinião do estudante a respeito da disciplina. Não há um espaço constante para a troca de experiências. E quanto aos cursos e palestras que eventualmente são oferecidos, a maioria de nós docentes estamos sobrecarregados, de modo que nem sempre conseguimos participar dessas oportunidades.

Outro docente relata (#10, por escrito):

> O que posso dizer é que os relatórios sobre os discentes PCD que chegam até mim me parecem bem elaborados. Por outro lado, não sei se todo o público PCD recebe o apoio necessário. Já tive, por exemplo, um aluno com baixa visão grave que não conheciam a política e os serviços de acessibilidade da universidade. Neste caso, procuramos trabalhar a partir do diálogo que tínhamos em aula, mas sem apoio institucional (apesar de que eu o encaminhei a este), já que a universidade não tinha conhecimento do aluno como PCD, demandante de acomodações para seguir com seus estudos.

De acordo com os técnicos, a UNILA oferece uma série de recursos para pessoas com deficiência[2]:

i. Programas de bolsas;
ii. Tutoria;
iii. Serviço de tradução e interpretação em Libras;
iv. Impressão em Braille;
v. Mediação com coordenações de cursos;
vi. Atendimentos; e
vii. Orientação sobre recursos, entre outros.

Ao ser questionado sobre se o apoio oferecido seria suficiente, um dos entrevistados respondeu:

> Eu acho que a gente sempre pode fazer melhor do que estamos fazendo. Sempre podemos aprender com as experiências e reavaliar o trabalho que está sendo realizado, redimensionando os recursos, revendo os programas

[2] Disponível em: https://portal.unila.edu.br/secafe/acessibilidade-e-inclusaoda-pessoa-com-deficiencia (Último acesso: 04/12/2025).

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

> e coletivamente construindo novas estratégias e caminhos. Agora, a pergunta é um pouco ambígua no sentido de que precisaríamos definir o que seria “apoio suficiente”. Porque percebo, na minha vivência junto à SECAFE, que os diferentes atores de nossa comunidade universitária demandam apoios muito distintos, decorrentes de realidades diversas (Entrevista #11, por escrito).

Outro reforçou:

> Na minha avaliação, o apoio da UNILA às pessoas com deficiência ainda não é plenamente suficiente. Reconheço avanços importantes, sobretudo com a Política de Ações Afirmativas e a criação da CAPCD, mas ainda existe uma distância considerável entre o que está previsto nesses instrumentos, no conjunto de normativas internas da UNILA e na legislação vigente em âmbito federal, e o que se materializa, de fato, no cotidiano dos estudantes. Percebo que o apoio ocorre, porém muitas vezes de forma parcial, heterogênea entre setores e bastante dependente da iniciativa individual de servidores e estudantes. Permanecem barreiras físicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais, além de limites relacionados a recursos, equipe e articulação institucional. Entendo, portanto, que a universidade está em um processo de consolidação dessas políticas de apoio: há bases importantes e experiências positivas já em curso, mas ainda há espaço relevante para aprimorar fluxos, ampliar serviços, enfrentar o capacitismo e tornar o atendimento às pessoas com deficiência mais efetivo, consistente, acessível e alinhado aos princípios de acessibilidade e inclusão (Entrevista #12, por escrito).

A perspectiva dos docentes e da gestão demonstra que a Universidade tem empreendido esforços para melhorar as políticas de acessibilidade. No entanto, consoante ao entendimento dos discentes, as ações ainda esbarram em barreiras, principalmente de comunicação entre discentes, docentes e gestores. Além disso, embora esses serviços sejam oferecidos formalmente, eles esbarram em obstáculos práticos.

Por exemplo, tutores ainda precisam de maior capacitação para realizarem suas atividades e a adaptação de materiais está sujeita a atrasos segundo experiencias vividas dos discentes. Para usufruir dos recursos das universidades, é necessário que os discentes conheçam bem a política e como acessar tais recursos. A falta de reuniões mais frequentes com o Núcleo é um obstáculo relevante nesse sentido.

Um dos desafios relatados pelos gestores se refere à diversidade de necessidades. Isso confirma os achados das entrevistas, uma vez que cada tipo de deficiência requer adaptações próprias; por exemplo, discentes com neuro divergência requerem outro tipo de adaptação – uso de fones ou espaços isolados para realização de provas – enquanto pessoas com deficiência física enfrentam barreiras arquitetônicas. A altura do bebedouro é um problema constantemente relatado por pessoas com deficiência física, mas não é obstáculo para PCDs com outros tipos de necessidades.

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

Acomodar esses diferentes tipos de necessidade é um grande desafio para a universidade, pois requer diversas modalidades de apoio e recursos. Além disso, estudantes vivem outros tipos de obstáculos. Como relata um dos entrevistados:

> (...) é importante lembrar que a natureza do trabalho desenvolvido é essencialmente pedagógica, voltada à acessibilidade educacional, às mediações com docentes e coordenações, ao acompanhamento do PEI e à remoção de barreiras no processo de ensino e aprendizagem. No entanto, muitos de nossos estudantes vivenciam situações de vulnerabilidade interseccionadas, como questões de saúde mental, desestruturação familiar, pobreza, insegurança alimentar, violência e outras problemáticas que ultrapassam o escopo estritamente educacional (Entrevista #11, por escrito).

Assim, docentes e gestores enfrentam desafios adicionais na execução da política.

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

5. CONCLUSÃO

Quando ingressei na UNILA, já sabia que teria que enfrentar muitos desafios. Porém, o desafio foi além daquilo que eu pensava. Sendo eu deficiente visual, foi muito difícil devido aos obstáculos que tive que enfrentar, tais como a falta de sinalização tátil em ambos os campi que frequentei. O que mais me chamou a atenção a respeito da acessibilidade foi a falta de estrutura mesmo para chegar até o Núcleo de Acessibilidade, que é o arco responsável pelos PCDs na Universidade. De acordo com a minha vivência prática, há ainda muitos obstáculos práticos a ser superados para efetivar as políticas de acessibilidade mesmo existindo recursos e apoio na universidade.

Este trabalhou procurou aprofundar e mapear esses obstáculos por meio de um estudo de caso sobre acessibilidade na UNILA em que se recorreu a diferentes fontes de dados: documentos, publicações acadêmicas e entrevistas com gestores, docentes e discentes PCDs. O propósito principal foi entender a percepção dos discentes quanto às barreiras que enfrentam para compreender os obstáculos à política da UNILA. O estudo de caso revelou que, embora a universidade disponibilize uma série de recursos financeiros e pedagógicos, ainda existem barreiras para a efetivação da política, tais como falta de infraestrutura e dificuldades na comunicação entre os diferentes atores interessados na política.

Durante a própria execução deste trabalho, vivenciei esses obstáculos. O trabalho dependeu de materiais adaptados, cujo processo de adaptação frequentemente atrasou a elaboração do trabalho. De acordo com as entrevistas, podemos pensar em algumas sugestões para aprimorar a política de acessibilidade na UNILA. A primeira seria readequar a entrada do Campus Jardim Universitário. O piso é liso (escorregadio) e há desníveis que precisam ser mitigados.

Em segundo lugar, é necessário readequar outros espaços físicos, como os banheiros, onde a presença de certos itens (vassouras, por exemplo) podem atrapalhar a locomoção. No restaurante universitário, não há alguém para auxiliar PCDs e falta espaço. Os estacionamentos também estão inadequados às necessidades de pessoas com deficiência. O mais adequado seria que os estudantes PCDs tivessem suas aulas no prédio central (Jardim Universitário), porque ele é mais

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

perto da entrada.

Em terceiro, o apoio pedagógico poderia ser aperfeiçoado por meio de mais oficinas destinadas a capacitar os tutores e monitores. O atraso da adaptação de materiais – também destacado nas entrevistas – é algo que pode prejudicar o desenvolvimento acadêmico dos PCDs.

Outro aspecto frequentemente mencionado pelos discentes é a falta de comunicação. Segundo as entrevistas, falta comunicação tanto por parte dos docentes como do próprio Núcleo. Nesse sentido, os discentes consideram que as reuniões online são insuficientes e que deveria haver mais reuniões presenciais entre Núcleo e discentes.

A UNILA oferece uma série de recursos para discentes PCDs. No entanto, a maioria das ações se concentra em aspectos econômicos. Ao passo que recursos financeiros são relevantes, existem barreiras que ultrapassam o aspecto material. Discentes relatam preconceito por parte de colegas e professores. A questão comunicacional ultrapassa o aspecto econômico, pois envolve a falta de articulação entre setores e atores, incluindo os docentes. Não há treinamento suficiente para docentes, os quais frequentemente podem estar perdidos em relação aos discentes PCDs.

Dessa forma, conclui-se que a efetividade das políticas de acessibilidade da UNILA depende de outros fatores além do auxílio financeiro e do fortalecimento institucional. Aperfeiçoar a comunicação e o treinamento de técnicos e docentes é fundamental para efetivar a política de acessibilidade.

Apesar das limitações, este estudo contribuiu para o entendimento das dificuldades dos PCDs na UNILA ao colocar a perspectiva do usuário da política pública como ponto central da investigação. Além disso, as informações aqui desatacadas podem ser utilizadas para aperfeiçoar a implementação da política, principalmente em relação aos fatores acima mencionados. Vale ressaltar que os problemas encontrados na UNILA são similares a de outras instituições públicas de ensino superior, conforme demonstrado na revisão de literatura.

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

Dessa forma, a realização de estudos comparativos mais amplos incluindo diferentes instituições de ensino pode contribuir ainda mais para essa agenda de pesquisa ao identificar desafios e potencialidades comuns.

Ainda estamos longe de ter maior inclusão e acessibilidade no Ensino Superior brasileiro, mas estamos no caminho.

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, S. L. M. de; SILVA, P. P. da; RODRIGUES, R. da S.; SILVA, É. L. da. INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS CEGAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **REIN - REVISTA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**, Campina Grande, Brasil., v. 3, n. 2, p. 17–27, 2020. Disponível em: https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/19. Acesso em: 2 out. 2025.

BOTELHO, M. de F. C.; MENEZES, N. C. Acessibilidade nas bibliotecas da Universidade Federal da Bahia. **Rev. Inf. na Soc. Contemp**., Natal, RN, v. 6, 2022.

BRANCO, A. P. S. C.; LEITE, L. P. Condições de acessibilidade na pós-graduação: um estudo com estudantes de universidade pública. **Psicol. educ**., São Paulo, n. 43, p. 35-45, dez. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752016000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 out. 2025. https://doi.org/10.5935/2175-3520.20160004

CANTORANI, J. R. H.; PILATTI, L. A. Acessibilidade na Universidade Tecnológica Federal do Paraná: análise a partir de relatórios do Inep e do olhar do gestor. **Educar em Revista**, n. 57, p. 171–189, jul. 2015.

COSTA, M. F. L. da; SOUZA, C. Thatiana Ramos de. Acessibilidade e inclusão de cadeirantes na Universidade Federal do Pará. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 9, n. 2, p. 459–469, 2014. DOI: 10.21723/riaee.v9i2.7049. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7049 (Acesso em: 2 out. 2025).

COSTAS, F. A. T.; BREITENBACH, F. V.; CASTRO, S. F. de. Acessibilidade e inclusão: Estratégias de educação inclusiva da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 4, p. 2857–2879, 2022. DOI: 10.21723/riaee.v17i4.1744 Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17440 (Acesso em: 2 out. 2025)

DEA, V. H. S. D.; ROCHA, C. S. Política de acessibilidade na Universidade Federal de Goiás: construção do documento. **Polyphonía**, v. 28, 2017.

DE LOUREIRO MAIOR, I. M. M. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. **Inclusão Social**, v. 10, n. 2, 2017.

DIAS, E. G., & MISHIMA, S. M. (2023). Análise temática de dados qualitativos: uma proposta prática para efetivação. **Revista Sustinere**, 11(1), 402–411. https://doi.org/10.12957/sustinere.2023.71828

EMMEL, M. L. G.; GOMES, G.; BAUAB, J. P. Universidade com Acessibilidade: Eliminando Barreiras e Promovendo a Inclusão em uma Universidade Pública Brasileira. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde,** v. 14, n. 1, p. 7-20, 2010.

GARCIA, R. A. B.; BACARIN, A. P. S.; LEONARDO, N. S. T. Acessibilidade e

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. spe, p. 33–40, 2018.

GONÇALVES, J.; GOMES, A. S.; SOUSA, G. D. N.; SILVANA, R. C.; VEIGA, M. F. “Acessibilidade de Pessoas com Deficiência na Universidade: Revisão Sistemática”. **REVISTA EDUCAÇÃO INCLUSIVA - REIN**, Edição contínua, v. 9, n. 1, 2024.

KRÜGER, J. A.; MACHADO, R. R.; MACHADO, E. R.; VALDIVIA, F. A.; UCZAK, R.; LICHACOVSKI, J. C. G.; SILVA, M. B. da. Acessibilidade na Universidade: Repensando os Processos Inclusivos. **Revista Conexão UEPG**, vol. 3, núm. 1, 2007.

LIMA, L.; LANGE, A. B.; VILCA, J. R. A.; DUARTE, C. A. C. A Sensação de Falta de Inclusão Efetiva de Estudantes com Algum Tipo de Deficiência ou Transtorno na UNILA. **Relatório elaborado para a disciplina de Ateliê de Políticas Públicas, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)**, 2025.

MARQUES DE OLIVEIRA, E. R.; LINS VIEIRA DE MELO, F. R.; MEDEIROS DE AZAMBUJA ELALI, G. V. Acessibilidade e participação de estudantes com deficiência física na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Revista Educação em Questão**, vol. 33, núm. 19, 2008, pp. 63-87.

MINAYO, M. C. de S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, 5(7), 1–12. Recuperado de https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82

OLIVEIRA, E. T. G. de. Acessibilidade na Universidade Estadual de Londrina: o ponto de vista do estudante com deficiência. 2003. 168 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2003.

OLIVEIRA, C. B. DE. Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade? **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 55, p. 961–984, out. 2013.

PAIVA, G. O. DA S.; MELO, F. R. L. V. DE . Acessibilidade Linguística de Surdos no Ensino Superior: Reflexões Sobre o Curso de Letras Libras/Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. e0154, 2021.

PEREIRA, C. E. C.; BIZELLI, J. L.; LEITE, L. P. Acessibilidade e deficiência na universidade: política de recursos humanos. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. esp.1, p. 631–642, 2015. DOI: 10.21723/riaee.v10i5.7916. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7916 (Acesso em: 2 out. 2025).

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SILVA, F. F.; FIDELIS, M. E. A.; CASTRO, P. F. Arborização e Acessibilidade em Calçada: Comentários sobre o Deslocamento entre Campi da Universidade Federal Fluminense. **Soc. Bras. de Arborização Urbana REVSBAU**, Piracicaba – SP, v.6,

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

n.3, p.43-63, 2011.

SILVA, K. C. da. Condições de acessibilidade na universidade: o ponto de vista de estudantes com deficiência. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2016.

SOUZA, T. L. V. de; FERREIRA, M. A. M.; ARAÚJO, J. M. de; REIS, Joab Grana Pessoas com deficiência: percepção sobre acessibilidade em uma universidade pública no estado do Amazonas. **Revista Educação Especial**, vol. 35, 2022, Enero-Diciembre, pp. 1-23.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi - 2.ed. - Porto Alegre: Bookman, 2001.

Documentos:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004. *Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei nº 10.048 de 8 de novembro de 2000. *Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei no. 10.098 de 19 de dezembro de 2000. *Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009. *Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.* Disponível em: www.mds.gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. *Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Decreto nº 9.522 de 8 de outubro de 2018. *Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9522.htm

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Decreto nº 10.882, de 3 de dezembro de 2021. *Regulamenta o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Aces-so a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso.* Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10882.htm

Versão Final Homologada
28/12/2026 20:10